



Ata da 12ª. Reunião Ordinária do CGSJ – Biênio 2013-2015

Data: 16/07/2014

Horário: 16 horas

Local: Auditório da Unidam – Rua Ernesto Gonçalves Rosa Júnior – Jd. Florestal - Jundiá

Membros presentes. Titulares: Daniel Silva, Domenico Tremaroli, Florisvaldo Roberto, José Rosa, Nivaldo Callegari, Patrícia Regina Polli, Rodrigo Salva, Rosana Ferrari, Thiago Cavalli, Wagner Cubero, Wagner de Paiva, Yone Guatta Candiotto. **Suplentes:** Dirceu Cardoso.

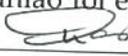
Pauta:

- 1) Aprovação da Ata anterior;
- 2) Pareceres da Câmara Técnica referentes aos Processos: : 007.605-1001/2003 – Sidnei Luiz Boschiero -Regularização de Parcelamento do Solo Clandestino ou Irregular e 5.032-001/2003–Eneas de Oliveira Marques Regularização de Parcelamento do Solo Clandestino ou Irregular
- 3) Parecer da Câmara Técnica referente a intervenções na área do CREAM.
- 4) Outros Assuntos.

Verificou-se, na primeira chamada, que não havia quórum necessário para início dos trabalhos. A Senhora Presidente e os membros da Câmara Técnica optaram por colher sugestões dos conselheiros presentes sobre os Pareceres que entrariam em discussão. O conselheiro Daniel Silva solicitou a palavra e informou que esteve na Serra do Japi, na Fazenda Santa Marta e que aprovou o trabalho desenvolvido pelo Padre Pietro. Destacou que o Conselho deve ter um olhar social e que as pessoas ali instaladas estão passando por um processo de reabilitação. O conselheiro Wagner Cubero destacou que o Conselho não é contra o trabalho, mas a favor da lei. A Sra. Yone Candiotto informou que, como representante da Associação de Moradores do Bairro Santa Clara, recebeu telefonema de moradores da região, informando que a propriedade vizinha à Fazenda Santa Marta tem sido invadida por jovens que estão em processo de recuperação. A Sra. Presidente lembrou que o Parecer do Conselho tem que ser técnico e seguir o que determina a lei. Lembrou que o assunto já foi discutido em reunião anterior. Com a chegada do Sr. Nivaldo Callegari, o quórum foi atingido e a sessão foi aberta oficialmente, pela Sra. Rosana Ferrari. A ata da reunião anterior foi aprovada. Antes de dar início à discussão dos Pareceres da CT, a Sra. Presidente optou por concluir a discussão já iniciada. Questionou o Sr. Florisvaldo Roberto se as Secretarias envolvidas na questão da atividade que está sendo desenvolvida na Fazenda Santa Marta foram comunicadas. O Sr. Florisvaldo informou que foram enviados ofícios e que está aguardando retorno. O Sr. Daniel reiterou sua posição de ser favorável à atividade. A Sra. Presidente lembrou que a questão é como eles vão estar lá dentro da legislação e que a discussão estava sendo antecipada. **Pareceres da Câmara Técnica referentes aos Processos: 007.605-1001/2003 – Sidnei Luiz Boschiero -Regularização de Parcelamento do Solo Clandestino ou Irregular e 5.032-001/2003–Eneas de Oliveira Marques Regularização de Parcelamento do Solo Clandestino ou Irregular.** A Vice-Presidente Patrícia Polli fez a leitura dos Pareceres da CT. Discutiu-se a questão da sobreposição da Lei Complementar nº 417/2004 à LC 358/2002. O Conselho posicionou-se desfavorável à sobreposição dos índices urbanísticos por Decreto, ferindo a lei. O Sr. Nivaldo Callegari destacou que a Lei Complementar nº 358 foi feita anteriormente à LC 417, porém que o zoneamento foi posterior. O Conselheiro Domenico Tremaroli lembrou que a LC 358 já previa a criação desses loteamentos, transformando-os em ZUE – Zonas de Urbanização Específica. O Sr. Nivaldo destacou o Conselho deveria solicitar contrapartida. O Sr.

Domenico informou que as regularizações de loteamentos localizados fora do Território de Gestão da Serra do Japi tem sido enviadas para apreciação do COMDEMA. Que para a regularização, são necessários dois certificados: o urbanístico e o ambiental. Lembrou que o município é autônomo para emití-los e que a Prefeitura considera a lei em vigor quando o loteamento foi implantado. Destacou que a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente fez uma apresentação ao COMDEMA e que seria interessante que o mesmo acontecesse para o CGSJ. A Senhora Presidente destacou que havia duas questões: o fato de que os loteamentos serão regularizados, pois não regularizá-los implicaria em demolição, mas que o Conselho não pode permitir que isso abra um precedente para abertura de novos loteamentos. O conselheiro Nivaldo Callegari destacou que foi publicado um Decreto alterando os índices urbanísticos. Assim, possibilitou-se a regularização de terrenos com 250 (duzentos e cinquenta) metros quadrados, porém que as residências não tem como ser aprovadas obedecendo-se os referidos índices. O Sr. Thiago Cavalli levantou uma questão sobre a gravação da Reserva Legal. O Sr. Domenico sugeriu que fosse realizado um seminário com representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, CETESB, CGSJ e COMDEMA, proposta essa que foi aprovada pelo Conselho, ficando como data provável, o dia 06 de agosto próximo. Os conselheiros presentes aprovaram os Pareceres da CT, solicitando reavaliação jurídica sobre a condução dos processos de regularização no Território de Gestão da Serra do Japi, quanto à sobreposição de leis; que seja verificada a doação que compete ao interessado, de área pública e/ou verde junto ao município, e destacando que o Conselho de Gestão da Serra do Japi não é favorável à regularização desses empreendimentos aplicando a Lei Complementar nº 358/2002 e nem os índices urbanísticos por decreto específico que contrapõe os índices de ocupação da Lei Complementar nº 417/2004. **Parecer da Câmara Técnica referente a intervenções na área do CREAM.** O Conselho aprovou o Parecer da CT, favorável às intervenções, desde que o corpo técnico da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente acompanhe todas as etapas previstas no projeto. **Outros Assuntos:** A Sra. Yone Candiotto mostrou ao Conselho matéria publicada na imprensa local sobre turismo no bairro Terra Nova, no Território de Gestão da Serra do Japi. Propôs que o Conselho se reunisse com a Diretora de Turismo para explicar sobre a legislação vigente no Território. Apresentou também carta de leitor publicada no Jornal de Jundiá, onde o munícipe informava que havia feito uma reclamação no 156 sobre esgoto a céu aberto na Av. Tasso Pinheiro, no bairro Terra Nova, e que o problema não havia sido resolvido pela DAE. Em resposta, a DAE informou que se tratava de uma rede particular, portanto de responsabilidade dos proprietários. Também em resposta, a Prefeitura informou que o bairro será contemplado com a execução de interceptor de rede coletora de esgoto na segunda fase do PAC, e que os projetos encontram-se em análise pelo governo federal, aguardando liberação para início. A Sra. Yone lembrou que o CGSJ não aprovou a instalação de rede coletora de esgotos no local. O Sr. Domenico informou que o COMDEMA está discutindo a questão da fiscalização no município. Que seria um grande serviço dos Conselhos proporem uma estrutura de fiscalização para o município, suprimindo essa deficiência. A Senhora Presidente informou sobre verbas do CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo - que possibilitariam a confecção de material informativo sobre o Território de Gestão da Serra do Japi e do CGSJ. Destacou que o prazo estava vencendo, mas que tentaria apresentar projeto com esse intento. Informou ao Conselho que a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente enviou a relação de Certidões de Uso de Solo emitidas no Território de Gestão, de acordo com solicitação do CGSJ e que a apresentará na próxima reunião. O Sr. Dirceu Cardoso apresentou ao Conselho convidados que vieram acompanhar a reunião.



Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Luciana Maretti, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim  e pelo Sr. Wagner Cubero, Secretário do CGSJ .